



DECRETO № 016/2025

ESTABELECE A FORMA DE ORGANIZAÇÃO E REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 60, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Viana e, de acordo com a Lei nº 3.435, de 23 de janeiro de 2025,

DECRETA:

- **Art. 1°** A Secretaria Municipal de Finanças fica instituída com as seguintes unidades administrativas:
- I Subsecretaria de Finanças;
- a) Gerência de Receita e Dívida Ativa;
- b) Gerência de Fiscalização;
- c) Gerência de Posturas;
- d) Diretoria Executiva, Orçamentária e Financeira:
- 1. Gerência de Orçamento;
- 2. Gerência de Contabilidade;
- 3. Gerência de Finanças.
- **Art. 2°** Ficam instituídas as atribuições das unidades administrativas que compõem a Secretaria Municipal de Finanças, conforme as seguintes descrições:
- I Subsecretaria de Finanças: coordenar as atividades exercidas pelos setores de: atendimento ao contribuinte, cadastro imobiliário e dívida ativa, cabe também a atualização da legislação municipal, contemplando a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, a LC 116/03, Lançamento IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), com as leis e os regulamentos necessários; apurar e identificar a instituição de todos os tributos de competência municipal e do devido regulamento do Processo Tributário Administrativo; implantação e manutenção da atualização do Cadastro Técnico Municipal, com os dados Imobiliários; lançamento estritamente dentro da lei e cobrança dos impostos, taxas e contribuição de melhoria IPTU, Taxa de Coleta de Lixo e demais Taxas ou Tarifas; promoção da gestão dos maiores contribuintes; coordenar as atribuições dos Fiscais de Renda,





comporta Assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento; coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária; apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos; preparar os atos necessários à conversão de depósitos em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes; avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores-Fiscais Tributários Municipais e demais servidores, relacionados à Administração Tributária; acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município; executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcional dos Fiscais Tributários Municipais, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; informar processos e demais expedientes administrativos; desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da Receita tributária; exercer a atividade e, orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento e suas obrigações fiscais; desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos; assessoramento a Secretaria Municipal de Finanças e aos demais órgãos da Administração, na execução, coordenação, controle e avaliação das atividades financeiras e contábeis do Município, competindo-lhe especialmente: coordenar, orientar e supervisionar as atividades do setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças; auxiliar a exercer a administração financeira do Município; acompanhar e fiscalizar a arrecadação das transferências intergovernamentais no âmbito do Município; elaborar, acompanhar e rever a programação financeira; receber, movimentar e quardar valores; fiscalizar a regularidade das despesas, preparar ordens de pagamento e expedi-las, com autorização do Prefeito; coordenar a contabilidade da Administração Pública Municipal; preparar os balanços, balancetes e prestações de contas do Governo Municipal; fiscalizar o emprego do dinheiro público e providenciar a tomada de contas dos agentes responsáveis pela guarda e movimentação de dinheiro, de títulos e valores pertencentes ao erário público





municipal; prestar assessoria técnica ao Prefeito contábil e financeira; administrar as dívidas públicas; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

- A) Gerência de Receita e Dívida Ativa: Gerenciar e controlar as atividades de arrecadação e lançamento de tributos imobiliários; propor medidas de regulamentação da política tributária municipal, relativa aos tributos imobiliários; interpretar a legislação relativa a tributos imobiliários nos aspectos de aplicação de alíquotas e enquadramento de atividades; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas; elaborar e manter atualizado o cadastro de propriedades imobiliárias do município; acompanhar os trabalhos de reformulação da base geográfica dos cadastros municipais e sua utilização como instrumento de informação, aglutinação e integração intersetorial; monitorar e coordenar as atividades de compatibilização das informações relativas a lotes e edificações nos sistemas legados e sua manutenção integrada; promover, acompanhar e coordenar a sistematização dos conceitos e terminologias adotadas pelas diversas áreas envolvidas na geração e utilização das informações cadastrais; planejar, controlar e coordenar os procedimentos de inscrição dos contribuintes do IPTU; manter a base cartográfica de referência dos lançamentos; prestar informações e emitir relatórios relativos à sua área de atuação; subsidiar a expedição de certidões relativas ao cadastro imobiliário; planejar e coordenar a cobrança de débito em Dívida Ativa; promover a inscrição dos débitos em Dívida Ativa; gerenciar a emissão da Certidão de Dívida Ativa, enviando-a ao órgão competente para cobrança judicial; emitir Certidão Negativa de Débito - CND; deferir parcelamento relativo aos débitos inscritos em Dívida Ativa; promover abaixa de débitos indevidos após emissão de parecer técnico da chefia arrecadar valores, controlar recebimentos, atualizar débitos; parcelamentos, inscrever em dívida ativa; encaminhar débitos para cobrança; manter o cadastro atualizado dos contribuintes; emissão de Certidões referente a assuntos constantes no cadastro tributário do município; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.
- b) Gerência de Fiscalização: Gerenciar e controlar as atividades de arrecadação e lançamento de tributos mobiliários; propor medidas de regulamentação da política tributária municipal, relativa aos tributos mobiliários; interpretar a legislação relativa a tributos mobiliários nos aspectos de aplicação de alíquotas e enquadramento de atividades; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas; programar, elaborar e manter atualizado o cadastro os Econômicos ou Mobiliários do Município; processos de abertura de empresas e profissionais autônomos; providenciar a emissão de guias de imposto de transmissão de bens entre vivos (ITBI) depois de expedido laudo de avaliação dos fiscais de





rendas; atendimento ao público; atendimento relacionado a emissão de NFS-e; emissão de taxas da vigilância sanitária e taxa de expediente; efetuar a atualização de documento único de arrecadação diversa relativo a Empresas; efetuar manutenção de agente fiscal atualizando os cadastros, verificando atividades não licenciadas e homologando o ISSQN; através dos fiscais de renda, efetuar a fiscalização e cumprimento da legislação tributária; constituir crédito tributário; analisar processo-administrativo fiscal; conciliar documentos fiscais; elaborar relatórios em face das impugnações apresentadas; notificar contribuintes; identificar ocorrência de fato gerador; identificar alíquota aplicável; revisar declarações espontâneas; verificar irregularidades; emitir auto de infração; arquivar os documentos pertinentes; operar sistema de informações tributárias; coletar informações objetivando instruir processo fiscal; calcular débitos fiscais; revisão na legislação das obrigações acessórias para os contribuintes, como a entrega de declarações, cópia de notas fiscais, apresentação de documentos fiscais para vistoria, dentre outras; gerir o Simples Nacional e a integração com as Receitas Federal e Estadual; realizar outras ações específicas para cada tributo; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

c) - Gerência de Posturas: gerenciar as atividades de controle, licenciamento, fiscalização e operações relacionadas às posturas municipais; determinar ação fiscalizadora com objetivo do exercício do poder de polícia, observando as normas contidas na legislação concernente às posturas municipais, requisitando, quanto necessário, apoio policial para garantia desta competência; promover a fiscalização da utilização de espaços e logradouros públicos por ambulantes e realizar as apreensões previstas em lei; promover a guarda e controlar as entradas e saídas de material apreendido pela fiscalização; proceder a pesquisas e levantamentos de dados que sejam de interesse da fiscalização; noticiar os demais órgãos reguladores municipais sobre irregularidades detectadas em ações de fiscalização regulares ou demandadas por terceiros; conferir às tarefas dos fiscais de posturas, mapeando os pontos positivos e negativos; informar e orientar o munícipe a respeito das normas e seu cumprimento de maneira educativa e sistemática; monitorar o andamento dos requerimentos/reclamações, controlar os prazos dos processos e manter arquivo das mesmas; prestar atendimento ao público externo para orientações e recebimento de pedidos de licenciamento, providências, ações de fiscalização e autorizações de competência das Gerências de Licenciamento; receber os requerimentos de Consulta Prévia e emitir o respectivo documento; receber, examinar, informar, acompanhar e finalizar processos relativos a aprovação e licenciamento de atividades econômicas, de atividades de feiras e eventos temporários e de instalação de elementos de propaganda e publicidade; realizar levantamentos estatísticos sobre as





demandas apresentadas à Secretaria, casos solucionados/atendidos, pendências, prazos médios de atendimento, dentre outros, visando subsidiar decisões gerenciais; prestar informações sobre a tramitação de expedientes e/ou a atuação da Prefeitura; promover fiscalização relativa às normas que versam sobre material em via pública e limpeza de lotes vagos; colaborar com a Procuradoria Geral do Município, no preparo de subsídios para as ações em que o Município seja parte; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas.

d) Diretoria Executiva, Orçamentária e Financeira: Supervisionar e acompanhar as atividades e ações desenvolvidas pelas gerências que lhe são subordinados; Atuar de forma integrada com as gerências que lhe são subordinados, visando racionalizar recursos e procedimentos, bem como tornar mais eficiente a gestão e evitar repetições de tarefas; Assessorar Administração Direta, na execução, coordenação, controle e avaliação das atividades financeiras e contábeis do Município, competindo-lhe especialmente: coordenar, orientar e supervisionar as atividades do setor de Orçamento, Contabilidade, e Finanças; Auxiliar e exercer a administração financeira do Município; Acompanhar e fiscalizar a arrecadação das transferências intergovernamentais no âmbito do Município; Elaborar, acompanhar, avaliar e rever a situação e programação financeira do Município, prestando informações exigidas pelos órgãos de controle, inclusive com elaboração de relatórios; Fiscalizar a regularidade das despesas; Coordenar a contabilidade da Administração Pública Municipal; Assegurar o assessoramento técnico nas elaborações orçamentárias e demais projetos e programas financeiros; Elaborar os relatórios determinados pelo Tribunal de Contas e pelos demais órgãos de fiscalização e controle; Fazer cumprir os prazos fixados pelo Tribunal de Contas para envio de dados e relatórios obrigatórios; Preparar os balanços, balancetes e prestações de contas do Governo Municipal junto aos órgãos e Tribunais de Contas; Fiscalizar o emprego do dinheiro público e providenciar a tomada de contas dos agentes responsáveis pela guarda e movimentação de dinheiro, de títulos e valores pertencentes ao erário público municipal; Prestar assessoria técnica orçamentária, contábil e financeira ao Secretário e Prefeito; Coordenar a execução do processamento e realização da receita e a despesa do Município; Realizar a quarda e movimentação de valores pecuniários e títulos, o controle, registro e escrituração contábil e financeira da Administração Municipal; Promover auditoria nas contas e contabilizações do Município; Controlar e administrar os investimentos públicos e a dívida pública; Exercer outras atividades correlatas ou que lhe forem atribuídas.





- 1. Gerência de Orçamento: Supervisionar e acompanhar as atividades e ações desenvolvidas pelos servidores que lhe são subordinados; Atuar de forma integrada com os servidores que lhe são subordinados, visando racionalizar recursos e procedimentos, bem como tornar mais eficiente a gestão e evitar repetições de tarefas; Apresentar propostas de políticas setoriais, de programas, de projetos e de atividades para a sua execução; Elaborar os projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Orçamento Anual e do Plano Plurianual; desenvolver as atividades de direção e coordenação da elaboração da proposta orçamentária, orientando e compatibilizando a elaboração das propostas parciais; formular o calendário das atividades de elaboração do orçamento municipal; Fixar as cotas financeiras; Promover o treinamento dos servidores das diversas Secretarias que participarão do processo de elaboração do orçamento do Município; Promover a coleta de dados e preparar todo o material necessário à elaboração do orçamento; Orientar os diversos setores quando da classificação de despesa prevista no orçamento; Promover reuniões com todas as entidades representativas dos vários segmentos da sociedade, técnicos do executivo e vereadores, no sentido de levantar e discutir as necessidades e aspirações de toda a comunidade para elaboração da proposta orçamentária; Coordenar a elaboração do Orçamento-Programa anual, observando as normas estabelecidas pela LDO e em consonância com o Plano Plurianual; Formular e consolidar as propostas parciais para elaboração das diretrizes orçamentárias do Governo Municipal; Coordenar e elaborar o Plano Plurianual do Município; Promover anualmente avaliações do PPA; emissão de empenhos e adequações orçamentárias; Assessorar o Secretário nas tomadas de decisão; Controlar, supervisionar e avaliar a execução orçamentária; Controlar o percentual de suplementação orçamentária enviando relatórios periodicamente ao Secretário e ao chefe do poder executivo; Analisar e elaborar e encaminhar processos de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários; Exercer outras atividades correlatas ou que lhe forem atribuídas.
- 2. Gerência de Contabilidade: Supervisionar e acompanhar as atividades e ações desenvolvidas pelos servidores que lhe são subordinados; Atuar de forma integrada com os servidores que lhe são subordinados, visando racionalizar recursos e procedimentos, bem como tornar mais eficiente a gestão e evitar repetições de tarefas; Coordenar, dirigir e supervisionar os assuntos relativos à contabilidade, executando e registrando os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, fornecendo informações atualizadas e exatas à administração, para subsidiar as tomadas de decisões; Controlar a execução dos orçamentos, dos atos e fatos contábeis, do patrimônio público e suas variações; Elaborar, analisar e avaliar a consistência das demonstrações contábeis consolidadas do Município,





Unidades Gestoras, Câmara Municipal e IPREVI, solicitando providências das impropriedades detectadas nos registros contábeis; Elaborar e analisar os balanços, balancetes e demais demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais, obedecendo às normas gerais estatuídas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964; Emitir relatórios que visem à redução de custos; Informar sistematicamente ao Chefe do Executivo os percentuais de gasto com pessoal, dívida pública, educação, saúde e a execução orçamentária; Expedir instruções sobre a utilização do Plano de Contas, bem como sobre procedimentos contábeis; Emitir relatórios para subsidiar a limitação de empenhos, conforme estabelecido na LDO; Informar ao Secretário de Gestão e Finanças a real situação de adiantamentos e diárias de viagem, propondo aprovação ou impugnação; Publicar os relatórios contábeis, bem como os relatórios inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal; Disponibilizar as informações contábeis, com segurança, a todos os usuários do sistema; Acompanhar e orientar a execução orçamentária e financeira dos convênios; Promover os correspondentes registros contábeis de responsabilização dos agentes referente a processos de tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte danos ao erário; Coordenar, acompanhar e prestar informações contábeis sobre a situação orçamentária, financeira e patrimonial do município; Acompanhar as atividades contábeis das Unidades Gestoras Municipais, no que diz respeito ao adequado e tempestivo registro dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; Efetuar a liquidação dos processos bem como a retenção de tributos conforme estabelecido pela legislação; Analisar e controlar a liberação dos suprimentos de fundos bem como ao prestação de contas; Receber os arquivos da folha de pagamento importados pelo Sistema de Contabilidade; Fazer a conferência de possíveis inconsistências geradas, confrontando os dados com o orçamento público; Efetuar, analisar e conferir de forma detalhada todos os lançamentos e registros contábeis decorrentes da liquidação da folha de pagamento, suas consignações e demais encargos patronais e encaminhar a gerência de finanças para pagamento; Exercer outras atividades correlatas ou que lhe forem atribuídas.

3. Gerência de Finanças: Supervisionar e acompanhar as atividades e ações desenvolvidas pelos servidores que lhe são subordinados; Atuar de forma integrada com os servidores que lhe são subordinados, visando racionalizar recursos e procedimentos, bem como tornar mais eficiente a gestão e evitar repetições de tarefas; Liberação dos recursos financeiros junto aos bancos, controle de saldos, de pagamentos, aplicações financeiras, conciliações e toda movimentação financeira da administração direta; Receber e guardar os valores da





administração direta, ou de terceiros caucionado, promovendo sua devolução; Movimentar as contas bancárias da Prefeitura, juntamente com o Secretário; Realizar pagamentos e receber quitação; Manter atualizado o Razão de Bancos; Informar diariamente ao Secretário as responsabilidades do Tesouro e o comportamento financeiro; Controlar as contas bancárias; Elaborar e promover um bom fluxo de caixa com informações gerenciais para o Secretário, controlando a sua execução; Efetuar lançamentos das receitas creditadas; Programar e efetuar, juntamente com o Secretário, pagamento de fornecedores e servidores; Controlar e efetuar pagamento dos descontos, retenções de impostos e pagamentos extra orçamentários; calcular e depositar tempestivamente os recursos da educação e da saúde; Comunicar ao Secretário a existência de quaisquer diferenças nas prestações de contas quando não tenham sido imediatamente cobertas, sob pena de responder solidariamente com o responsável pelas omissões; Emitir os relatórios do Boletim Diário de Tesouraria e Movimento Diário de Bancos; Preparar ordens de pagamento e expedi-las, com autorização dos ordenadores de despesa; Exercer outras atividades correlatas ou que lhe forem atribuídas.

Art. 3° Fazem parte deste Decreto a tabela de cargos, Anexo I e o organograma da Secretaria Municipal de Administração e Tecnologia, Anexo II.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 133, de 27 de julho de 2022.

Viana - ES, 31 de janeiro de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO

Prefeito Municipal de Viana





ANEXO I

Descrição do cargo	Cargo	Padrão	Quant.
Secretaria Municipal de Finanças	Secretário	CPC-S	1
Subsecretaria de Finanças	Subsecretário	CPC-SS	1
Diretoria Executiva Orçamentária e Financeira	Diretor	CPC-D3	1
Gerência de Receita e Dívida Ativa	Gerente	CPC-G3	1
Gerência de Fiscalização	Gerente	CPC-G3	1
Gerência de Posturas	Gerente	CPC-G3	1
Gerência de Orçamento	Gerente	CPC-G3	1
Gerência de Contabilidade	Gerente	CPC-G3	1
Gerência de Finanças	Gerente	CPC-G3	1



Prefeitura Municipal de Viana Secretaria Municipal de Governo

